

**REDES, TERRITÓRIO E A FORMAÇÃO DOS CIRCUITOS ESPACIAIS DE
PODER: UMA LEITURA A PARTIR DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA**

José Queiroz de MIRANDA NETO¹

RESUMO

Com este artigo se procura realizar uma aproximação entre os conceitos de rede e de território, com vistas a articulá-los na compreensão dos circuitos espaciais de poder. Propõe-se, portanto, entender de que forma relações tecidas por agentes territoriais se combinam de forma reticular e, a partir de tais combinações, formam tessituras que concorrem para o fortalecimento de determinados territórios. Para atingir este propósito são feitas incursões a partir de autores que trabalham tanto no plano das redes, especialmente na definição de seu sentido moderno de “rede técnica”, quanto na perspectiva dos territórios. Depois, procura-se articular esses dois conceitos de uma forma integradora com base na noção de territórios-rede. Os circuitos de espaciais de poder, como referência ao conjunto de relações tecidas entre as firmas, advêm dessa lógica, porém introduzem um aspecto fundamental: diferentes territorialidades agem, simultaneamente, em caráter de cooperação e competitividade, onde, por uma face, cada território é condição para existência do outro e, por outra, reinam as lógicas privativas e egoístas, segundo as regras excludentes da competitividade.

Palavras chave: Redes, território, circuitos espaciais de poder.

**NETWORKS , TERRITORY AND THE FORMATION OF SPATIAL CIRCUITS OF POWER: A
READING FROM THE GEOGRAPHIC SCIENCE**

ABSTRACT

With this article, we aim to do a connection between the concept of network and the concepts of the territory, in order to articulate them in understanding the spatial circuits of power. It is proposed, therefore, understand how relationships woven by territorial actors are combined in reticular form and, from such combinations, forms tessituras that contribute to the strengthening of certain territories. To achieve this, are made inroads from authors who work specifically with the concept of networks in its modern sense of "technical network" as well as authors working in the perspective of the territories. It will then be necessary to combine these two concepts in an integrated manner based on the notion of territory-network. The spatial circuits of power, as a reference to the set of links created between firms, follows that logic, but introduce a fundamental aspect: different territorialities act simultaneously in character of cooperation and competitiveness, where, on the one hand, each territory is condition for existence of the other and on the other, remains private and selfish logic, according to the exclusionary rules of competitiveness.

Keywords : Networks, territory, spatial circuit of power.

INTRODUÇÃO

No âmbito das ciências humanas, pode-se afirmar que os estudos de maior referência tem sido aqueles que buscam explicar como se processam as mudanças em nossa sociedade com relação às novas experiências no espaço e no tempo. Muitas dessas incursões levaram a reformular as definições a respeito do território, conceito este que, nas bases histórico-geográficas tradicionais, é entendido enquanto zona delimitada, onde os grupos humanos detém a fonte material e simbólica de sua existência. Nessa perspectiva, o território é entendido, portanto, enquanto detentor de uma forte carga material, de modo que em suas primeiras definições era denominado “solo” (ou *boden*,

¹ Universidade Federal do Pará. e-mail: mirandaneto@ufpa.br

palavra usada por Ratzel), onde os grupos teriam uma relação de “enraizamento”, como fonte de recursos, de valores e de sentimentos dentro desses limites. A rede, por sua vez, era encarada como uma espécie de anti-território, um elemento “desterritorializador”, instável, que só poderia ser representado pela topologia de linhas e pontos e não superfícies, portanto nada tinham a ver com zonas.

Este artigo possui como escopo a aproximação teórica entre ambos os conceitos com vistas a articulá-los na compreensão dos circuitos de poder. Propõe, portanto, entender de que forma relações tecidas por agentes territoriais se articulam com base nas redes e como essas mesmas redes concorrem para o fortalecimento de determinados territórios. Por isso foi dividido em três seções, as duas primeiras são complementares e foram separadas somente como instrumento metodológico. A primeira parte do artigo toma como ponto de partida a rede, tecendo argumentos de autores que se utilizam desse plano teórico para, depois, se chegar ao território. A segunda parte do trabalho faz o caminho inverso, porém definindo uma série de pontes conceituais entre os dois planos teóricos: de Milton Santos, através dos “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”, (SANTOS, 1998), de Raffestin (1993), com as “invariantes territoriais” e, por último, os “territórios-rede” explorados por Haesbaert (2002; 2004). O objetivo desta segunda seção é quebrar a visão dos territórios enquanto “totalmente fixos” e das redes enquanto “totalmente fluxos” ou como entidades virtualizadas.

A terceira parte vai buscar os argumentos teóricos para se definir a natureza dos “circuitos de poder”, territorialidades superpostas que agem simultaneamente no espaço em caráter de cooperação e competitividade. Para tanto, foram também necessárias algumas incursões em torno do conceito de territorialidade, especialmente nas variantes “territorialidades móveis” e “territorialidades em rede”, buscando distingui-las e, ao mesmo tempo, combiná-las. Entende-se, então, que territorialidades e circuitos de poder são caminhos por onde se deve trilhar na busca de se compreender como diferentes conformações territoriais agem na dialética entre a convivência e o conflito, entre a coexistência e o antagonismo, entre a ordem e a entropia.

A EMERGÊNCIA DAS REDES MODERNAS E A AMBIVALÊNCIA “CONTROLE-CIRCULAÇÃO”

Antes de se adentrar especificamente nas relações entre redes e territórios se faz necessária uma melhor definição do conceito de rede. Vale ressaltar que, devido à pluralidade deste conceito, se pretende apenas extrair o que interessa para o estudo

daquilo que comumente se denomina de “redes geográficas”. Para atingir este propósito, se faz importante um arcabouço teórico bem definido, com autores que se dedicam em debates consistentes sobre o conceito de rede, por isso se priorizou alguns estudos consolidados de cientistas sociais e epistemólogos franceses tais como Musso (2001), Parrochia (2001) e Dupuy (1982), que são importantes referências sobre o assunto em suas respectivas áreas de estudo. Cabe, contudo, o cuidado para que não perder o sentido que é apropriado pela ciência geográfica, como definiu Haesbaert (2002, p. 128) “como nem todas as redes têm uma dimensão geográfica ou territorial nítida, o geógrafo deve ter cuidado para não confundir redes geográficas e redes em sentido mais amplo”.

A rede possui uma polissemia que enriquece o conjunto de significações agregadas ao conceito e permite uma rica análise epistemológica. Por outro lado, segundo Santos (1996, p. 208) pode impedir uma definição mais criteriosa e precisa, prestando-se a ambiguidades. Considera-se, no entanto, a polissemia muito mais como uma vantagem, e não haveria como pensar diferente no domínio da geografia, uma ciência acostumada a lidar com múltiplas significações complexas e, por vezes, antagônicas.

A palavra rede provém do latim *retis*, termo usado para designar um jogo de engrenar fios, linhas e nós, pondo em evidencia a técnica de tecelagem. Antes mesmo da criação original do termo, a técnica era muito presente na história humana, como na antiguidade grega, onde era usada para capturar pequenos animais. Não obstante as definições do termo sejam múltiplas, estas se enquadram em duas grandes matrizes, segundo Santos (1996) “a que considera o seu aspecto, a sua realidade material, e a outra, onde é também levado em conta o dado social” (SANTOS, 1996, p. 209). Pode-se afirmar, com clareza, que essas definições estão presentes como essência em quase todas as construções teóricas relacionadas à rede, como se verá mais adiante.

O cientista social Pierre Musso aborda muitas das significações do termo “rede” e procura impetrar uma espécie de corte metodológico das diversas metáforas atribuídas, começando pelo que ele chama de “visão bio-metafísica da rede”, na qual considera a técnica de tecelagem e as analogias como o organismo os principais sentidos metafóricos do termo. Segundo o autor, nas técnicas manuais de tecelagem a fiandeira produz o tecido num ritmo contínuo de vai-e-vem, um movimento circular e cíclico, um símbolo da continuidade e ruptura, onde “a continuidade da linha opõe o corte do cinzel” (MUSSO, 2001, p. 197). Continuidade e ruptura seriam aspectos inerentes as

mais amplas abstrações filosóficas: vida e morte, ordem e desordem, pausa e movimento.

Com a antiguidade grega, parte-se da simples configuração do tecido para a metáfora do organismo enquanto um arranjo de fluxos ou malhas pela medicina de Hipócrates (460 a.C - 370 a.C). A visão da textura e do labirinto é transferida para o interior do organismo a partir das veias que se comunicam no corpo fluindo de um lado a outro alimentando as carnes (MUSSO, 2001). Nesse mesmo princípio, Descartes (1596 - 1650) em sua obra “Tratado do homem” compara o corpo humano a uma máquina feita de mangueiras, fibras, artérias, redes pequenas, intestinos, tubos, baldes, de forma que o movimento de sangue no corpo produz uma circulação perpétua, consolidando a idéia do “fluxo”. Nesse momento, se inicia uma representação rede-organismo, onde as redes deixam de envolver o corpo (tecido) para estarem representadas dentro do corpo (organismo).

Outra visão muito mais abrangente e ideologicamente arquitetada do conceito de rede é aquela que provém das definições políticas Diderot (1713 - 1784), que podem ser associadas a análise das relações de poder na Geografia. Para Diderot, rede e corpo se confundem permitindo analisar racionalmente social e político. Nesse sentido, a rede está no corpo e reciprocamente, ela é sempre definida como um tecido, mas um tecido vivo (MUSSO, 2001). Como numa teia da aranha, todos os fios invisíveis conduzem a um ponto de seu corpo; vista do centro, a rede faz a vigilância e, vista da periferia, se torna uma forma de comunicação. É necessário permanecer no centro da rede para se manter estável, pois o centro é a memória que produz a unidade e identidade, caso contrário reina a anarquia. Diderot está, na verdade, se referindo ao triunfo do despotismo, onde o esclarecido tem o controle e o domínio ao seu entorno, revelando, segundo Musso (2001, p. 202) “uma visão biopolítica da rede que simboliza a ambivalência do controle e da circulação”.

O iluminismo leva, então, a uma nova ambivalência que designa as duas grandes faces modernas do controle social: a “vigilância” centralizada no *panopticon*, criticado por Michel Foucault (1979) e a “circulação” permanente para o controle contínuo analisado por Gilles Deleuze (1992). Esses dois aspectos são complementares, Foucault (1979) afirma que os custos políticos da ação arbitrária do estado monárquico eram essencialmente relevantes, havendo riscos de provocar revoltas ou do desenvolvimento dissoluto da obediência. O poder sistemático não corre esse risco, pois cada vigia é um

camarada, “tem-se a impressão de estar na presença de um mundo infernal do qual ninguém pode escapar” (FOUCAULT, 1979, p. 219). Os fundamentos dessa nova forma de manifestação do poder, que o autor vai chamar de poder disciplinar, já estavam sendo gestados no século das luzes, mas só agora encontra os artifícios necessários ao seu perfeito funcionamento, o que permite a Deleuze (1992, p. 236) afirmar que “nós entramos em sociedades de controle, que funcionam não mais através da prisão, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”.

Nessa perspectiva, Raffestin afirma que “a circulação é a imagem do poder, mas o poder nem sempre quer se mostrar e, mesmo quando o faz, é sem o desejar”, assim como no *panopticon*, “o ideal do poder é ver sem ser visto” (RAFFESTIN, 1993, p. 202). Na sociedade contemporânea, dominada pela comunicação, o poder pode, então, se dissimular. O poder pode controlar, vigiar, interceptar, praticamente sem ser visto, “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera quanto aprisiona. É o porque de ela ser o instrumento por excelência do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 202).

Segundo Harvey (2003, p. 233), “não pode haver uma política do espaço independente das relações sociais. Esse foi o fundamento dos inúmeros planos utópicos do iluminismo”. No séc. XVIII, quando se consolidava a economia capitalista de base industrial, houve a preocupação com o problema da “produção do espaço” como fenômeno social e político: postos de pedágio, canais, sistemas de comunicação e administração. Na França, por exemplo, foi idealizado um sistema racional da administração em “departamentos”, pensando democratizar e dispersar o poder político pela estratégia espacial. “No contexto europeu, foram as idéias de Saint-Simon (1760-1825), com seus capitais associados conquistando e subjugando o espaço em nome do bem-estar humano, que sofreram uma dissolução semelhante” (HARVEY, 2003, p. 233). Saint Simon engendra uma relação organismo-rede que se torna uma poderosa ferramenta política, uma vez que, para ele, a passagem tranqüila do sistema presente ao sistema futuro implicaria simplesmente o favorecimento da circulação do dinheiro na sociedade: “estabelecer a circulação do sangue-dinheiro se traduz em organizar o corpo social como um corpo humano. A esperada transição para o sistema industrial se resume a liberar a circulação de dinheiro no corpo do estado” (MUSSO apud DIAS, 2005, p. 205). Desde então, a rede não é mais observada sobre o corpo, “mais é objetivada como matriz técnica: infraestrutura rodoviária, estrada de ferro, telegrafia, modificando as

relações com o espaço e com o tempo” (Dias, 2005, p. 15). Entre meados do século XVII e início do século XIX a rede é formalizada em seu conceito moderno: artefato técnico criado por engenheiros para cobrir o território, seja através de linhas imaginárias para produção cartográfica, seja por intermédios dos sistemas técnicos de transporte e telecomunicações.

Para completar este raciocínio seria relevante, ainda, estabelecer o momento e os argumentos traçados no contexto das redes modernas de telecomunicações e a emergência do *cyber-espace* evidentes a partir do terceiro quadrante do século XX. Musso (2001) analisa um período da concepção de rede que denomina “visão bioecológica da rede”, no qual afirma que, com “a mutação das técnicas de comunicação e, notavelmente, a invenção do computador, torna possível constituir redes ‘auto-organizadas’, denominadas inteligentes” (MUSSO, 2001. p. 208). Tais “redes inteligentes” retomam a antiga metáfora entre o funcionamento do cérebro e a estrutura reticular, uma rede que, com auxílio do computador, se torna uma técnica “auto-organizada”. Desse modo, a estrutura reticular do computador seria uma extensão da rede cerebral humana, associando aspectos cognitivos semelhantes.

Sobre esse tipo de rede, Parrochia (2001) trata da ideologia das “redes pensantes”, ligadas às modernas redes de telecomunicações e telemática, que não cessavam de se desenvolver desde a década de 1980. “Redes pensantes” ou “redes auto-organizadas” seriam, portanto, falsamente entendidas como uma verdadeira associação universal entre irmãos, sem controle externo e com plena liberdade de atuação. Essa utopia de consciência coletiva foi criticada por Michel Serres, que denominou de “pantopia” ou “lenda dos anjos”, através da qual todos os lugares são em todo lugar e dentro de todo lugar estão todos os lugares, como referência a onipresença dos anjos (SERRES apud MUSSO, 2001).

Santos (1996), considerando o aspecto espacial, se preocupa em não prescindir da rede enquanto materialidade, ou seja, toda infraestrutura que permite o transporte de matéria, energia ou informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza “pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação” (SANTOS, 1996, p. 208). Sem essa materialidade, afirma que a rede seria uma mera abstração. Ao tratar sobre as redes e o imperativo da fluidez, Santos (2006) afirma “que a fluidez não é uma categoria técnica, mas uma entidade sociotécnica. Ela não alcançaria as conseqüências atuais se,

ao lado das novas inovações técnicas, não estiverem operando novas formas de ação” (SANTOS, 1996, p. 219). Nessa acepção, concorda com Offner (1993), quando afirma que os dispositivos técnicos, como as redes, devem ser entendidos como produtos da sociedade em determinado momento histórico. Para ele, ao se reificar um dado objeto técnico, valorizando o seu determinismo tecnológico, esquece-se que o equipamento não é uma coisa, mas um suporte de ações.

Tomando como base esse caráter sociotécnico da rede, pode-se considerar que, numa sociedade fundamentada em contradições de classe, tem-se uma lógica reticular global que atende, prioritariamente, aos princípios dos atores hegemônicos articulados à divisão do trabalho em curso. A produção capitalista do espaço, a partir das redes técnicas de integração, revela os mecanismos adotados pela classe dirigente no âmbito de suas intencionalidades, especialmente quando consideramos as ações nos países capitalistas modernos. Este último aspecto é particularmente interessante, uma vez que permite apreender as redes enquanto manifestação das contradições sociais a partir de uma relação desigual de forças, como assinala Dupuy (1982, p. 77)

contrariamente à ideia de impacto, que informa que as redes técnicas são exógenas à sociedade, a imagem de uma relação dialética da técnica e sociedade é certamente mais conveniente que aquela que coloca somente a técnica na origem das mudanças sociais

A relação entre redes e territórios está especificamente no fato de que a mesma não pode ser entendida somente pelo ângulo técnico, uma vez que “é necessário entender os problemas que surgem àqueles que a desenham, que a constroem e que a gerenciam” (CLAVAL, 2006, p. 7). A distinção entre “redes técnicas” e “redes territoriais” só é possível, então, em termos metodológicos, pois, de fato, se a primeira for entendida somente pelo âmbito da infraestrutura ela não possui expressão territorial, mas apenas define uma espacialidade. Por outro lado, redes territoriais não se fazem sem a primeira, que conduz as ações dos atores sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, se torna cada vez mais difícil pensar redes (mesmo as redes técnicas) e territórios enquanto realidades desconectadas, problemática que norteará os próximos argumentos.

O TERRITÓRIO E OS FLUXOS: PARA ALÉM DE UMA PERSPECTIVA ZONAL

O debate entre redes e territórios constitui uma trilha teórica pela qual muitos autores tem percorrido em tom de dicotomia, isto é, enquanto realidades opostas,

desconectadas, que coexistem mais que não se completam. Esse princípio dualista é compartilhado pelo sociólogo Bertrand Badie, ao desenvolver seu raciocínio sobre o “fim dos territórios”, onde afirma que o mundo das redes opõe dois modos distintos de articulação dos indivíduos e dos grupos:

O primeiro é fundado sobre a contigüidade e a exaustividade, o segundo sobre relações livres dos estrangulamentos espaciais. Um explica o fechamento e a exclusão, o outro, a abertura e a inclusão. Num caso, as relações construídas são eminentemente políticas, fundadas sobre a fidelidade cidadã, no outro elas são funcionais e supõe fidelidades móveis, não hierarquizadas, frequentemente setoriais e voláteis (BADIE, 1995 p. 135).

Ressalta-se, portanto, que Badie (1995) distingue duas realidades: uma intrínseca, mais introvertida, relacionada ao enraizamento mais estável, baseada nos laços políticos construídos pelos cidadãos e definida numa perspectiva mais zonal. E outra, muito mais extrovertida, baseada em fidelidades móveis, instáveis, desenraizadas, articulada por meio de fluxos que rompem limites. Berque (1982, pp. 118-119), no mesmo princípio, fala de um espaço que “se organiza pela definição de certo número de pontos de referência e pela junção destes pontos em rede” (linear), e um espaço que se organiza sem referência prévia, cada lugar no seu contexto, sendo em si mesmo sua razão de ser” (areolar). Compartilhando essa visão, Castells (2003) trata do “espaço de fluxos”, que organiza a função e o poder em nossas sociedades, e o “espaço de lugares”, relacionado à experiência no lugar, cuja “forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contigüidade física”(CASTELLS, 2003, p. 512). Mesmo os teóricos franceses, dedicados ao estudo das redes, também se reduziram a uma visão dicotômica, tais como Musso (2002, p. 19-20) ao diferenciar território (construção coletiva, um espaço de representações e de ações) e redes (um artefato técnico que se sobrepõe no território), sendo que esta última pode modificar as relações no território através da redução das distâncias, que dilatam ou contraem o espaço.

Essa vertente dualista, que é ainda partilhada por muitos outros autores, traz um problema teórico-metodológico quando associada aos estudos geográficos que, por vezes, se deparam com a realidade constante dos fluxos de bens, pessoas, energia e informação, ou seja, com o caráter imprescindível da mobilidade. Santos (1994), em sua análise socioespacial, buscou a teoria dos “fixos e fluxos” e, mais adiante, dos “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”. Raffestin (1993), na perspectiva do território, trabalhou com as “invariantes territoriais” e Haesbaert (2002, 2004) buscou atenuar a oposição tradicional entre o que chamou de “territórios-zona” e “territórios rede”.

Milton Santos utiliza um conceito que propõe entender o espaço a partir da mobilidade, como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações:

o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes. (SANTOS, 1994. p. 90).

Os objetos não são dados naturais, mas fabricados pelos homens para produzirem ações. Um estudo atual da rede estaria relacionado, portanto, a idade dos objetos (a idade mundial da técnica) e de sua longevidade (a idade local do objeto), da distribuição desses objetos e seu uso pela sociedade. Nesse sentido, uma visão atual das redes supõe

um estudo estatístico das quantidades e das qualidades técnicas mas, também, a avaliação das relações que os elementos da rede mantêm com a presente vida social, em todos os seus aspectos, isto é, essa qualidade de servir como suporte corpóreo do cotidiano (SANTOS, 1996, p. 210).

O autor insiste no aspecto da técnica porque, para ele, embora “animadas por fluxos, que dominam o seu imaginário, as redes não prescindem de fixos – que constituem sua base técnica – mesmo quando esses fixos são pontos” (SANTOS, 1996, p. 210). Nesse caso, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas, que têm no movimento social, e não na técnica em si, o seu princípio dinâmico.

Para Santos & Silveira (2001) o território em si não constitui uma categoria de análise da geografia, mas sim o território utilizado. Nesse sentido, para definição de um recorte territorial se deve considerar a “interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 247). Segundo os autores, o território é o suporte das redes que transportam as verticalidades, regras e normas egoístas (de atores hegemônicos) enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e de suas ações. O território é, assim, o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o uso econômico e o uso social dos recursos. Verifica-se que, em Santos (1996), não se cria outra categoria de análise para trabalhar com as relações de poder, que para ele sucedem no espaço, ao contrário de Raffestin (1993), que afirma ser o espaço somente um conjunto de possibilidades, ao passo que o território constitui a verdadeira expressão da ação social e das manifestações de poder.

Em “Por uma geografia do poder”, Raffestin (1993) estreita as relações entre redes e territórios que, até então, pareciam obscuras. Não cabe aqui traçar a densa

análise sobre o conceito de território esboçado por Raffestin, porém é importante se considerar alguns argumentos importantes, a começar pela distinção que faz entre espaço e território, sobre a qual, grosso modo, afirma ser o primeiro “local de possibilidades, a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a quaisquer práticas dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar” (RAFFESTIN, 1993, p. 145). Ressalvando as críticas recorrentes a essa ideia, o autor define o espaço como um conjunto de possibilidades para as ações de determinados atores, a partir do qual se forma o território: resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Esse ator, por conseguinte, define um campo para sua ação que não corresponde necessariamente ao “espaço”, mas um limite especificamente construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema carregado de significados.

Raffestin (1993) define, portanto, o sistema territorial em tessitura (limites), nós (pontos que simbolizam a posição dos atores) e redes (sistema de linhas que desenham tramas), que chamou de “invariantes territoriais”. As redes assegurariam o controle do espaço e o controle no espaço através de uma função circulação-comunicação, onde, quer se trate de uma coisa ou de outra, os atores estariam sempre diante de uma trama que designa os caminhos que, articulados aos nós, projetam suas ações e determinam o “desenho” de sua territorialidade. Assim como Santos (1994), Raffestin (1993) não ignorou o aspecto social da rede ao considerar que “é conveniente, pois, decifrar a rede por meio de sua história e do território na qual estão instaladas, por meio dos modos de produção que permitem a sua instalação e das técnicas que lhe deram forma” (RAFFESTIN, 1993, p. 208). Sintetizando, a rede seria um instrumento pelo qual se torna possível a projeção do poder por parte de um determinado ator, daí ela ser um instrumento por excelência do poder. Percebe-se, mesmo com as diferenças entre ambos, que tanto Raffestin (1993) quanto Santos (1998) entendem a rede enquanto realidade intrínseca ao território, definindo-a enquanto “materialidade” (técnica) e “instrumento” (suporte de ações) no território, ou seja, a rede é entendida como “elemento” ou como “fortalecedora” de determinado território.

Haesbaert (2004) considera importante os estudos de Raffestin (1993) no que diz respeito as “invariantes territoriais” quando afirma que “ao contrário de vários geógrafos que distinguem e mesmo opõem território e rede, defendemos aqui uma idéia

como a de Raffestin” (HAESBAERT, 2004, p. 289). O autor afirma que as “sociedades tradicionais eram mais territorializadas, enraizadas, e que a sociedade moderna foi se tornando cada vez mais resificada ou reticulada, quer dizer, transformada através de fluxos cada vez mais dinâmicos” (HAESBAERT, 2004, p. 122), porém deixa claro que não há um caráter de dominância entre ambas como se estivéssemos caminhando para um mundo sem territórios. Além dessa visão diacrônica, tem-se outra, sincrônica, em que “dependendo da escala geográfica em que se concentra nossa observação, estaremos percebendo mais, ora os territórios, ora as redes que os conectam (ou que os compõe)” (HAESBAERT, 2002, pp. 123-124)

Ao se deter nas múltiplas perspectivas do território, Haesbaert (2004) deixa claro que o território não pode ser definido como enraizamento e limite, ao contrário de Raffestin (1993), e afirma que “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2004, p. 280). Para discutir esse assunto com propriedade, Haesbaert (2004) se utiliza autores que fazem a oposição tradicional entre redes e territórios, a começar com filósofos tais como Deleuze e Guattari (1997, pp. 120-121) ao tratar de um território zonal, porém com “membranas mais ou menos retráteis” e Latour (1991, p. 184) quando, diacronicamente, associa território aos “pré-modernos” e redes aos “modernos”; sociólogos como Bardie (1995, p. 135) ao fazer a distinção entre os modos de relações pautadas em “continuidade e exaustividade” e em “relações livres abertas” e Castells (2003, p. 512) quando opõe “espaço de fluxos” e “espaço de lugares”.

Haesbaert (2004) aprofunda sua discussão a partir das considerações do geógrafo Jacques Lévy ao desenvolver seu raciocínio a partir das métricas topográfica (euclidiana) e topológica (não-euclidiana), que “dizem respeito à prioridade a uma concepção absoluta ou a uma concepção relativa/relacional de espaço, o que implica discutir sua associação com o tempo” (HAESBAERT 2004, p. 284). A primeira estaria relacionada à visão euclidiana de um espaço bi ou tridimensional sem a quarta dimensão: o tempo, que na perspectiva kantiana seria um *a priori*, ou seja, uma realidade independente da experiência justamente ser contenedora de todas as relações. A segunda trata do tempo enquanto realidade inseparável do espaço, capaz de tornar as relações instáveis e imprevisíveis, onde a distância não se constitui a principal variável (como na geometria euclidiana). Haesbaert (2004, p. 286) associa, então, o “espaço

absoluto” e “sem temporalidade” às leituras mais tradicionais de território, que chamou “território-zona” e o espaço relativo ou relacional, onde as redes constituem um de seus elementos constituintes, de “territórios-rede”. Contudo, ao final, afirma que as denominações “territórios zona” e “territórios rede” tratam-se muito mais de tipos ideais que não são passíveis de ser identificados separadamente na realidade efetiva. Sintetizando, o autor afirma que sua denominação de território-rede vai além de uma visão euclidiana de “um conjunto de linhas e pontos”, mas

como um componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a “superfície” territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, sua perspectivas de conexão e “profundidade”, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional. (HAESBAERT, 2004, pp. 286-287).

Sobre o aspecto da materialidade das redes, o autor afirma que “nunca iremos encontrar, a não ser num nível metafórico, redes completamente ‘desterritorializadas’ no sentido de sua total imaterialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 292). É possível citar dois exemplos para justificar essa afirmação, primeiro as redes técnicas de satélite que, embora não possuam ligações materiais², jamais podem prescindir dos fixos geradores dos sinais eletromagnéticos, constituindo, tecnicamente, redes formadas apenas de pontos. O segundo exemplo é o das chamadas “comunidades virtuais” que, embora constituam redes sociais, devem ser sustentadas por redes técnicas (computador, provedor, modem, linhas de conexão, etc.) que tornam sua existência possível. Como citado na seção anterior, as redes técnicas (rede viária ou de telecomunicações) podem ser mais do que redes funcionais, tonando-se “redes territoriais” na medida em que fortalecem a unidade ou a ‘integração’ de um território, nesse caso, o do Estado nação” (HAESBAERT 2004, p. 194). Nessa mesma direção, Offner e Pumain (1996, p. 41) analisando as redes técnicas de transportes, assinalam que elas

são mais do que um suporte de funcionamento dos territórios, elas são também um fator de seu desenvolvimento, na medida em que suscitam, pouco à pouco, sobre os espaços onde elas estão organizadas, solidariedades territoriais e sociais entre homens, grupos e comunidades.

Tal como na concepção de Raffestin (1993), de que a rede tanto libera quanto aprisiona, Haesbaert (2004) define como principal característica da rede (rede

²A física ondulatória define ondas eletromagnéticas, tal como as de satélite, como sendo aquelas que se propagam independente de um meio material que lhe sirva de conduto (sendo possível sua transmissão no vácuo). As redes de comunicação via satélite, no momento de sua ação, emitem sinais que ligam um ponto a outro sem a necessidade de linhas materiais (diferente de outras redes, como as de eletricidade), constituindo, portanto, uma rede técnica formada apenas por nós.

constituída ou mobilizada por determinados sujeitos) justamente o seu efeito, ao mesmo tempo, territorializador e desterritorializador, como afirma

o que faz com que os fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser ora de sustentação, mais “interno” ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais ‘externo’ ou desarticulador de territórios. (HAESBAERT, 2004 p. 294)

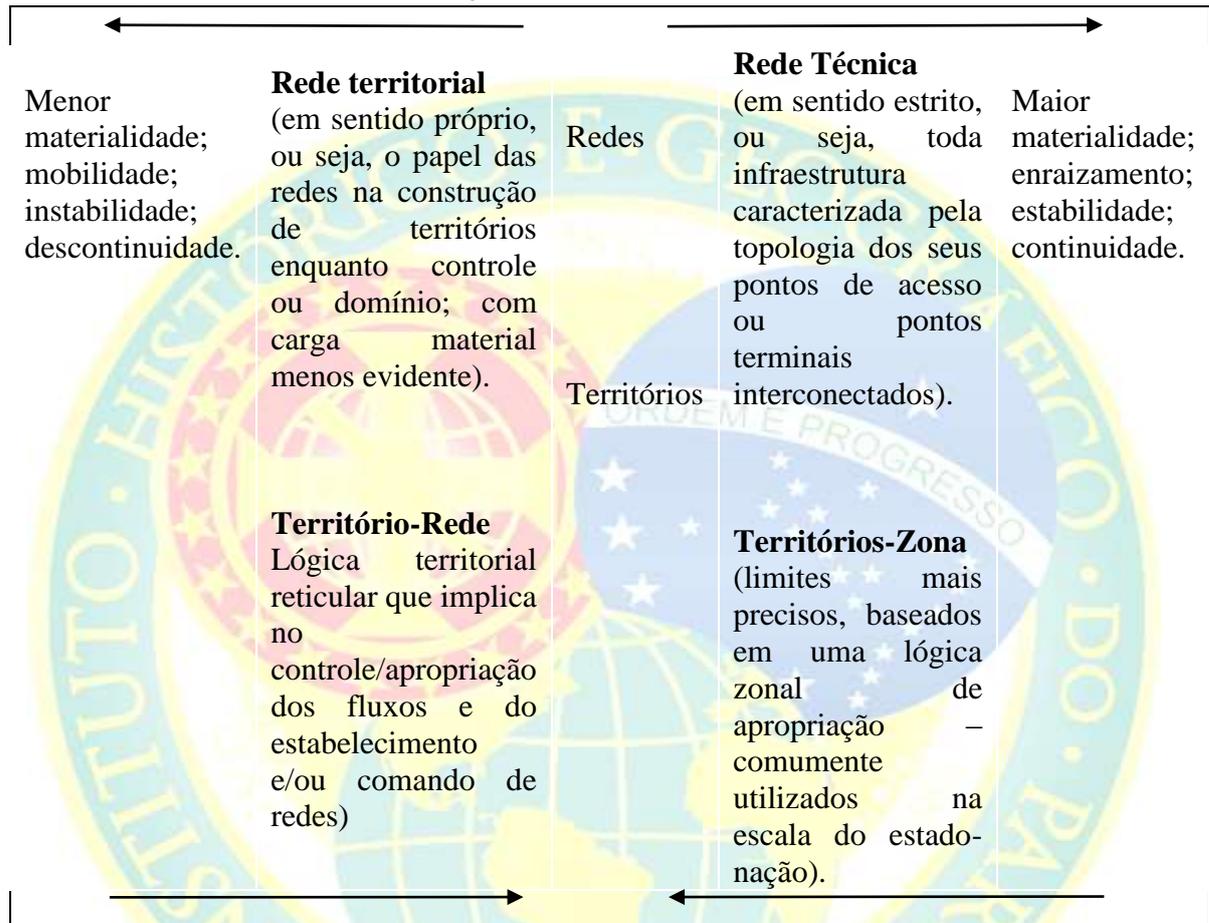
Para amenizar imprecisões e ambigüidades entre redes e territórios Uma última definição, e que deveremos tomar como referencia nesse ensaio, é a definida por Haesbaert (2004, p. 301) ao assegurar que de alguma forma, territorializar-se hoje, implica

a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar redes. Como vimos, elas jamais são completamente desmaterializadas, estão sempre, de uma forma ou de outra, desenhando materialmente territórios, novos territórios com uma carga muito maior de imaterialidade, é verdade, mas nem por isso “não-territoriais”. As referencias espaciais se difundem por todo o canto, e o espaço/território é assim dotado de uma carga simbólica inédita, criando-se e recriando-se imagens espaciais muitas vezes na própria velocidade e volatilidade imposta pela lógica de mercado.

Controlar fluxos não é um privilégio deste tempo, como já sucedia nas rotas comerciais do mediterrâneo controladas por importantes entrepostos, como Constantinopla. Porém, agora se trata de uma especialidade. E se antes os fluxos eram em sua maioria materiais (pessoas e mercadorias), atualmente as relações de poder mais relevantes envolvem o controle sobre fluxos de informações, cuja materialidade, na maioria das vezes, se restringe simplesmente a pontos de conexão. Dessa forma, os limites dos territórios-rede não estão restritos a fronteiras bem demarcadas, “a lógica se refere mais ao controle espacial pelo controle de fluxos (‘canalizações’ ou dutos) e/ou conexões (emissores, receptores e/ou simplesmente *relais*)” (HAESBAERT, 2004 p. 307).

O Quadro 1 apresenta um esforço em trabalhar os conceitos propostos através de uma representação na qual são expostos, à esquerda, os elementos característicos da lógica dos fluxos mais dinâmicos e com menor carga material e, à direita, os elementos da lógica que privilegia muito mais os fixos, com maior grau da materialidade. O objetivo é traçar um entendimento no qual as redes sejam não mais percebidas como “totalmente fluxos” (pois dependem de meios materiais para sua operação) e os territórios sejam não mais encarados como “totalmente enraizados” (pois, para sua existência, dependem da articulação de fluxos). Ressalta-se, contudo, que essas duas realidades são, ao mesmo tempo, inseparáveis e interpenetrantes.

Quadro 1: Quadro relativizador das diferenças conceituais entre redes e territórios.



Diante desse conjunto de conceitos, cabe desenvolver, como últimos argumentos dessa seção, algumas definições no sentido de aproximar o entendimento das redes enquanto realidade inseparável do território e vice versa.

(i) A rede não deve ser tomada simplesmente como “um conjunto de linhas e pontos” (tal como na geometria euclidiana), mas enquanto “relações” que se dão no tempo e no espaço de forma descontínua, ou seja, sem preenchê-los por completo. Com esta definição podemos atenuar os impasses causados pelas redes técnicas do tipo *hetzerianas* (redes de satélite, de telefonia celular, etc.) que podem prescindir das linhas (físicas) sem, contudo, se livrar das conexões.

(ii) Nenhuma rede é destituída de materialidade, assim como nenhuma materialidade é desprovida de seu aspecto social (apropriação política e/ou simbólica), nesse caso, as redes são concomitantemente sociotécnicas (produto da sociedade em determinado momento histórico) e técnico-políticas (expressão das relações de poder/dominação). Deste modo, toda rede social (ou territorial) depende, de uma forma

ou de outra, de um meio material que lhe sirva de conduto, assim como toda rede técnica depende de um meio social que lhe dê significado.

(iii) Redes técnicas (como de transporte, energia e telecomunicações), podem também ser definidas como redes territoriais quando tomadas no âmbito da estruturação de territórios, como no caso específico dos limites de um país, de uma província, de um estado, de um município ou qualquer domínio territorial pautado sob o ponto de vista jurídico-político, onde os limites são bem precisos.

(iv) Os territórios podem se comportar ora como zonas ora como redes ou ainda podem conter as duas realidades simultaneamente. Diacronicamente, tomando como referência os processos históricos, o território pode passar de “mais enraizado” para “mais reticulado” ou, sincronicamente, dependendo da escala de observação, podemos visualizar mais o seu aspecto zonal ou mais o seu aspecto reticular. Essa última feição pode ser evidenciada pelo desempenho do estado-nação na atualidade, que para manter a integridade e legitimidade de seu território necessita estabelecer conexões em rede, tornando-se, ao mesmo tempo, um território zonal e reticulado.

TERRITORIALIDADES E CIRCUITOS DE PODER

Raffestin (1993) desenha o seu conceito de territorialidade a partir das relações de poder que se inscrevem no espaço, tornando-o território, ou seja, a partir de sua dimensão política, o que se justifica ao utilizar o argumento de que o espaço seria a prisão original e o território a prisão que os homens constroem para si. Nesse sentido, o território seria o “espaço por excelência, o campo de ação dos trunfos” (RAFFESTIN, 1993, p. 59-60). A partir desse entendimento, a territorialidade seria “o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos” (RAFFESTIN, 1993, p. 265). Percebe-se, então, que o autor trata as relações de poder em um nível bem mais amplo e diversificado, proveniente de uma multiplicidade de atores que, por vezes, se encontram diante de territorialidades conflituosas, diferente da proposta clássica de um poder “unidimensional” que tem como única referência o estado.

Sack (1986), trabalha muito mais ao nível da materialidade, afirmando que a territorialidade, como qualidade necessária para construção de um território, é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o

utiliza para o controle de uma área, como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território” (SACK, 1986, p. 6). O autor reconhece três relações contidas em sua definição de territorialidade: (i) a territorialidade envolve um forma de classificação por área; (ii) a territorialidade contém uma forma de comunicação através do uso de uma fronteira (que vai definir as relações de posse/pertencimento ou exclusão); (iii) permite o controle sobre o acesso a uma área e das coisas que estão dentro dela. (SACK, 1986). Tomando como base essas relações, compreende-se que a definição de Sack não está distante de uma perspectiva zonal de território: comunicada por uma fronteira e classificada por uma área na qual se manifestam relações de coação e/ou controle.

No entanto, o que há de mais interessante no trabalho de Sack (1986) é o caráter de mobilidade do território, quando afirma que a territorialidade “é melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada” (SACK, 1986, p. 1). Dessa forma, as territorialidades podem ser móveis, flexíveis ou flutuantes, caracterizadas, nas definições de Souza (2001, p. 86) como

um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*).

Por conseguinte, para que se existam territórios não é necessário um enraizamento tão forte como aquele definido pela tradição da Geografia Política³, podendo se formar e se dissolver diante dos olhos, dissipando-se de modo relativamente rápido sem que haja uma mudança brusca no substrato material.

Contudo, a definição de fronteiras móveis não implica necessariamente uma territorialidade livre de contiguidades, pois esta última é que permite fazer a relação precisa e delimitada numa classificação zonal entre os que estão “dentro” e os que estão “fora” através do controle do acesso a uma área geográfica. Nesse caso, os limites, embora instáveis, são regulares, dependendo do “tempo” (dia, horas, meses, anos) em que as relações se estabelecem. Souza (2001) cita como exemplo os territórios da prostituição feminina ou masculina no Rio de Janeiro que, à noite, utilizam o mesmo

³ “O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social” (SOUZA, 2001, P. 84). Nessa visão, embora os limites do território não fossem imutáveis, apenas a durabilidade poderia gerar laços identitários mais firmes.

espaço que sustenta as atividades diurnas, porém com funções e relações diferenciadas, definindo-se como “territórios flutuantes” (MAFFESOLI, 2001, p. 88) ou “territorialidades móveis” (SOUZA, 2001, p. 88). De outro modo, quando se está diante de áreas (ou nós) que se articulam mesmo estando espacialmente descontínuas é possível conceber outro tipo de territorialidade, as chamadas “territorialidades em rede”, tendo a mesma referência dos territórios-rede defendidos por Haesbaert (2004). Como exemplo é possível citar o caso das organizações criminosas do narcotráfico no Rio de Janeiro ou da rede terrorista Al-Qaeda, que conectam territórios descontínuos cujas relações de poder acontecem independentes da contigüidade física, daí a utilização de meios de comunicação mais modernos tais como o telefone celular ou a internet.

Com vistas a tornar mais clara as concepções acerca da territorialidade, porém com o cuidado de não se cair na tentação de fazer estanques conceituais, o Quadro 2 classifica os três tipos de territorialidades quanto ao tipo de conexão, a forma de organização e a temporalidade. Cabe, contudo, advertir quanto às possibilidades de transmutação entre essas formas de organização, ou seja, uma territorialidade fixa poder ser modificada, em distintos momentos ou simultaneamente, para uma forma de organização em rede, assim como uma territorialidade móvel ou em rede pode cristalizar-se em territorialidade fixa.

Quadro 2: Territorialidades conforme a conexão, a organização e a temporalidade.

Territorialidade	Tipo de Conexão	Forma de Organização	Temporalidade
Fixa (Enraizada)	Contínua (uma delimitação precisa dos limites do território é fator de segurança para o grupo que dele dispõe).	Zonal (território na perspectiva tradicional, como área-abrigo e fonte de recursos)	Lenta (muda de acordo com as mudanças no próprio substrato material).
Móvel	Contínua* (limites que só existem depois de ativados, mas quando ativados buscam laços mais próximos, de preferência contínuos).	Zonal com fronteiras móveis (território evidente a partir da dinâmica social dos espaços urbanos, definindo diferentes relações no mesmo substrato material)	Regular (alteram-se as funções de forma periódica sem com isso provocar grande alterações na base material)
Reticular	Descontínua (formado de pontos – nós – conectados entre si por segmentos – arcos – que correspondem aos fluxos que interligam os nós)	Em rede (território constituído a partir de conexões, sendo que as relações de poder dependem da apropriação/domínio através do controle de acesso aos fluxos).	Instável (relações distantes e irregulares, onde se privilegia muito mais as conexões do que as próprias bases materiais).

* Quando a territorialidade móvel é também reticular, obviamente não será contínua, mas dependerá da capacidade de ativar/desativar bases de operação.

Segundo Haesbaert (2004, p. 97), territorializar-se significa

criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo poder sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais, poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo.

Nesse sentido, cada território depende das relações tecidas pelos sujeitos que a ele dão sentido e significado, por isso é constituído, para uns, como uma área-abrigo e fonte de recursos, como no caso de grupos tribais ou comunidades locais. Para outros, é articulador de conexões ou redes de caráter global, como no caso de empresas transnacionais, cuja territorialidade se faz no e pelo movimento, constituindo “territórios-rede” descontínuos e sobrepostos, superando a lógica zonal mais exclusivista do mundo moderno. É a partir dessa segunda noção que se pretende desenvolver a lógica dos “circuitos de poder”, ou seja, quando as ações passam a se fazer, ao mesmo tempo, em caráter de competição e solidariedade por parte de empresas que disputam parcelas significativas do espaço, visando o domínio de suas potencialidades quanto à presença de recursos, mesmo que esses recursos sejam fluxos.

Para Massey (1993), diferentes indivíduos e grupos sociais estão situados de forma muito distinta com relação aos fluxos e interconexões, definindo o espaço a partir de uma “teia complexa de relações de dominação e subordinação, de solidariedade e cooperação” (MASSEY, 1993, p. 157). A partir desse pressuposto, a autora desenvolve o conceito de “geometrias do poder da compreensão espaço tempo”, revelando a enorme desigualdade dos atores envolvidos e as diferenciações entre distintos setores da sociedade e da economia. Como afirma Massey (1993, p. 61):

Diferentes grupos sociais têm distintas relações com esta mobilidade igualmente diferenciada; alguns são mais implicados do que outros; alguns iniciam fluxos e movimentos, outros não; alguns estão mais na extremidade receptora do que outros; alguns estão efetivamente aprisionados por ela.

Embora não se refira necessariamente ao conceito de território, Massey (1993) introduz importantes elementos para se compreender a natureza mais extrovertida de alguns territórios em função dos atores que deles se utilizam. Assim, enquanto o capital (materializado pelas ações de empresas transnacionais) pode usufruir de uma espécie de redução total das distâncias pela circulação em tempo real, mercadorias de consumo cotidiano precisam de um tempo razoável para ser transportadas de um ponto a outro. Com os fluxos de informações acontece o mesmo, pois os dados necessitam, cada vez mais, de tecnologias específicas ou serviços especializados que são instalados apenas

em áreas que possibilitam maior retorno econômico, ou seja, que justifique os gastos provenientes da automação técnica das redes. Além disso, o acesso a essas conformações territoriais depende de senhas, isto é, permissões especiais que não estão ao alcance de todos. Com relação à estrutura e ao funcionamento dos espaços da mundialização, Santos (1998, p. 53) afirma que o espaço é o “teatro dos fluxos com diferentes níveis, intensidades e orientações. Há fluxos hegemônicos e fluxos hegemonzados, fluxos mais rápidos e eficazes e fluxos mais lentos”, dessa forma o espaço global seria formado por

redes desiguais que, emaranhadas em diferentes escalas e níveis, se sobrepõem e são prolongadas por outras, de características diferentes, desembocando em magmas resistente a resificação, portanto, somente os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios (SANTOS, 1998, p. 53).

Segundo Becker (1988, p. 1) “o espaço global é também fragmentado porque é apropriado em parcelas por diferentes atores, parcelas que são localizadas no espaço, territorializadas”, sendo que as formas de apropriação e gestão dessas parcelas do espaço estão na essência das relações de poder e constituem um componente fundamental do processo de produção do espaço global/fragmentado. Essas parcelas do espaço definidas por Becker (1988) implicam em uma “nova geopolítica” onde predomina uma gestão compartilhada do território, como define Vieira e Vieira (2003, p. 116):

Os centros de poder político concedem à fragmentação dos territórios os espaços globais, incentivando a articulação em termos de gestão do território. Isto significa que ao se formarem círculos de poder nas novas formas espaciais propostas pela globalização, cada um deles teria sua parcela de participação na gestão do território. Essa articulação entre o global e o local pressupõe uma concepção de poder compartilhado entre as diversas categorias jurídico-administrativas dos novos espaços econômicos ou dos espaços em definição.

Essa gestão compartilhada do território resulta numa relação dialética entre a cooperação e o conflito, na qual agentes públicos e privados criam e gerenciam projetos em comum acordo, porém com estratégias diferenciadas. Como afirma Vieira e Vieira (2003, p. 118)

os círculos de poder atuam num sistema de forças que representam interesses comuns, mas com percepções distintas da realidade. Isso produz posições divergentes quanto ao modo de gestão do território, principalmente em relação à prática estratégica para realizar um objetivo econômico, de um lado, e de outro, o interesse público, social e ambiental.

Tratam-se, portanto, de solidariedades organizacionais que se tornaram muito mais evidentes em função da nova configuração do estado, potencializadas pela quebra de monopólios estatais.

Sobre esse aspecto, Santos (1996, p. 219) comenta que a fluidez, operada por intermédio das redes, “não alcançaria as conseqüências atuais, se, ao lado das inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação, a começar, paradoxalmente, pela chamada desregulação”. Desregulação, ao contrário do imaginário, não implica suprimir as normas, mas multiplicá-las, ou seja, constituir condições necessárias para o estabelecimento perfeito da fluidez de modo a prover aos novos sistemas de ações um funcionamento mais preciso, cuja eficácia exige, além de uma vigilância contínua e instantânea, um legislação com expressão mundial. Ainda sobre esse assunto, Vieira e Vieira (2003), em seus estudos sobre as mudanças operadas a partir da redefinição institucional no Porto de Rio Grande (RS), insistem que o tipo de organização que se impôs pela metodologia da privatização é fundamentado na parceria, uma vez que a privatização se dá, muitas vezes, na

operacionalização produtiva e na concessão de serviços com participação pública direta ou indireta do poder público sob a forma de ativos financeiros ou de controle por agências reguladoras (VIEIRA e VIEIRA, 2003, p. 85).

Mas objetivamente, Santos & Silveira (2001)⁴ definem estes territórios superpostos como “espaços corporativos” à medida que o território nacional se torna mais fluido e uma cooperação entre as empresas se impõe, “produzindo-se topologias de empresas de geometria variável, que cobrem vastas porções do território, unindo pontos distantes sob uma mesma lógica particularista” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 291). Nessa lógica, o poder público tem um papel estratégico, primeiro fornecer recursos necessários a esses relacionamentos, materializado pelos chamados “sistemas de engenharia” ou as próprias “redes técnicas”. Segundo, a partir dos mecanismos de regulação, tornados possíveis pela criação das chamadas agências reguladoras. Santos & Silveira (2001) mencionam, ainda, elementos que identificam o caráter de “territorialidades móveis” (ativadas e desativadas) e “reticulares” (operacionalizadas por intermédio de pontos articulados) dessas empresas ao afirmarem que

⁴ Deve-se ter certo cuidado nas definições de território em Milton Santos, que ora podem estar relacionadas a zonas (o território de um estado ou país, não raro entendido como subespaços) ora a relações (território como ponto de encontro entre o vertical e o horizontal) ora ao que denomina território usado (com apropriação material ou simbólica por parte de uma sociedade). Embora não haja ambigüidades entre territórios e redes, uma vez que considera o espaço como conjunto indissociável entre sistemas de objetos sistemas de ações.

o papel de comando, todavia, é reservado às empresas dotadas de maior poder econômico e político, e os pontos do território em que elas se instalam constituem meras bases de operação, abandonadas logo que as condições deixam de lhes ser vantajosas. As grandes empresas, por isso mesmo, apenas mantêm relações verticais com tais lugares. (p. 291)

Embora as relações aconteçam, portanto, em caráter de cooperação, percebe-se a existência de diferentes geometrias do poder, nas quais algumas empresas (sobretudo as empresas globais) têm uma capacidade muito maior de articulação e controle dos fluxos. Santos & Silveira (2001) perseguem este aspecto ao definirem uma nova lógica territorial para essas empresas, onde “o território do seu interesse imediato é formado pelo conjunto de pontos essenciais ao exercício de sua atividade, nos seus aspectos mais fortes” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, pp. 292-293). Desse modo, o conceito de divisão territorial do trabalho acaba tendo um sentido plural, uma vez que cada empresa ou cada atividade necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, onde o território aparece como uma espécie de rendilhado formado pelas respectivas topologias. Essa lógica só é possível a partir da fluidez contemporânea baseada nas redes técnicas que, para Santos (1996, p. 218), “são um dos suportes da competitividade”. Nesse sentido, entre os agentes econômicos deste tempo, deve-se distinguir entre aqueles que criam fluxos (obviamente os mais fortes) e aqueles que geram massas, volumes, mas não tem força de transformá-los em fluxos.

Taylor e Thrift (1982, p. 1.601-4) afirmam que “o poder pode ser definido como a capacidade de uma organização para controlar os recursos que lhes são necessários, mas que também são necessários a outras organizações”. Dessa forma, o uso do espaço se dá, simultaneamente, em caráter de cooperação e de competição hierárquica, uma vez que algumas empresas possuem maiores possibilidades para utilização dos mesmos recursos materiais, as quais, cada uma em seu tempo, define suas próprias metas na busca por parcelas do mercado, segundo as regras fluidas e volúveis da competitividade. Tomando como referência a síntese de Haesbaert (2002, p. 121), afirmando que “o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica”, pode-se inferir que diferentes empresas possuem formas distintas de agir diante dos fluxos e conexões, ou seja, diferentes territorialidades em rede, algumas mais extrovertidas que outras, além daquelas que são incapazes de mobilizar fluxos.

Para finalizar, com o objetivo desatar alguns nós que porventura podem ter surgidos em função das muitas acepções expostas, toma-se como base algumas definições importantes:

(i) Territorialidade é a tentativa de controlar pessoas, fluxos e relacionamentos, definindo uma área geográfica que será denominada “território”. Todavia, a própria natureza do território, enquanto área (zona) deve ser redefinida por intermédio das redes, designando uma nova forma de pensar as territorialidades enquanto “territorialidades em rede”, onde a instabilidade, a flexibilidade e a descontinuidade são as variáveis fundamentais.

(ii) Territorialidades móveis ou “flexíveis” referem-se à capacidade de ativar/desativar territórios sem que haja uma mudança significativa no substrato material, ou seja, alteram-se as funções e as relações de poder no espaço sem que o próprio espaço (em sentido estrito, enquanto materialidade) seja alterado.

(iii) As empresas que possuem maior capacidade de mobilizar fluxos, como as empresas globais, podem constituir tanto “territorialidades em rede” (operacionalizada por intermédio de pontos articulados) quanto “territorialidades móveis” (com capacidade de ativar/desativar os pontos de sua operação) como não raro acontecem em casos de mudança de sede ou de estabelecimentos produtivos para outros países ou regiões por parte de firmas globais.

(iv) “Circuitos” ou “círculos de poder” referem-se à contradição dialética entre a cooperação solidária e a competitividade hierárquica que sucede entre empresas e o poder público (nos processos de concessão de serviços ou regulação) ou entre as próprias empresas (ao utilizarem os mesmos recursos materiais). No que concerne à competitividade hierárquica, o uso corporativo do espaço é também competitivo, quando algumas empresas (as mais fortes) têm maior capacidade de utilizar os mesmos recursos materiais, justamente por suas habilidades de produzir e/ou controlar fluxos.

(v) Em todos os casos definidos acima, a rede possui um papel substancial, seja enquanto técnica (infraestrutura que dá suporte material as relações) seja enquanto topologia das dinâmicas relações de natureza econômica, institucional, política e simbólica de integração e/ou constituição de territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se expressou no início desse trabalho, a Geografia é uma ciência acostuada a lidar com significações complexas e, por vezes antagônicas, como é o caso da oposição tradicional que se faz entre redes e territórios. Ao longo revisão teórica, se tornou evidente a preocupação de não cair em uma perspectiva dicotômica, ademais, buscou-se formas de aproximar ou mesmo fundir essas duas significações em um esforço teórico que se permite entender como múltiplos territórios se ajustam e se superpõem na atualidade. Sendo assim, as redes geográficas, comumente tomadas como redes técnicas, ganham uma significação mais ampla e passam a ser entendidas não somente pelo âmbito da materialidade, mas enquanto “relações” que se dão no espaço e no tempo sem preenchê-los em sua integridade e que permitem novos desenhos territoriais, por vezes complexos e de difícil representação.

Pessoas, grupos ou empresas se relacionam não mais como no passado, quando as informações circulavam na mesma velocidade das mercadorias e das pessoas, isto é, quando a carta chegava tão rápido quanto o carteiro. Se as relações não são mais as mesmas e, obviamente, a forma em que o poder se apresenta não é mais a mesma, de maneira nenhuma haveria como o território, enquanto expressão da organização social, manter suas características tradicionais. Assim, a representação territorial caracterizada pela zona, limite e enraizamento dá margem a outras experiências baseadas em “fluxos”, cuja distância não se constitui mais como a variável fundamental.

Entretanto, sujeitos diferentes possuem maneiras distintas de se relacionar com essa mobilidade, estabelecendo territorialidades com diferentes graus de flexibilidade e de articulação, por isso alguns autores desenvolveram os conceitos de “territórios móveis” e “territórios-rede”. Essas duas maneiras de constituição de territórios não podem ser confundidas, uma vez que um território móvel não precisa ser, necessariamente, também em rede, já um território organizado em rede dificilmente prescinde da flexibilidade em ativar ou desativar algumas de suas bases de operação, sendo, por sua natureza, também um território móvel.

No contexto desses diferentes tipos de territorialidades, introduz-se a noção de “circuitos de poder”, isto é, quando organizações territoriais distintas se justapõem e possibilitam, ao mesmo tempo, ações de cooperação e de conflito. Por um lado, estes agentes compartilham metas, projetos e objetivos comuns e, por outro lado, mantêm uma lógica de competitividade. No exemplo aqui proposto, pensou-se nas relações entre

as empresas e o poder público ou entre as próprias empresas, sendo que, no primeiro caso, o estado pode agir pela criação de infraestruturas, pelos processos de concessão de serviços e pelos processos de regulamentação. Contudo, algumas empresas possuem maiores vantagens quanto à utilização de bens públicos para fins privados, principalmente aquelas com maior poder de articulação política e/ou econômica, tal como as firmas globais. Como foi abordado, as empresas que atuam na esfera transnacional formam “territorialidades em rede” justamente pela capacidade de criar, induzir, dominar e/ou controlar fluxos e conexões, mas se definem também enquanto “territorialidades móveis” ao utilizarem, como estratégia, a faculdade de ativar ou desativar algumas bases de operação sem, contudo, ferir a integridade e o desempenho de suas relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADIE, B. **Le fin des territoires**. Paris: Fayard, 1995.
- BAKIS, H. **Les réseaux et les enjeux sociaux**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- BECKER, B. A. **A geografia e o resgate da geopolítica**. Revista Brasileira de Geografia, edição especial, Rio de Janeiro: ano 50, t.2, pp. 99-125, 1988.
- BERQUE, A. 1982. **Vivre l'espace ao Japon**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Vol 1. São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- CASTELLS, M. Rumo ao estado-rede. In: **Seminário internacional sociedade e reforma do estado**. São Paulo: Maré, 1996.
- CLAVAL, P. **l'étude géographique des réseaux au croisement des théories de la communication et des relations institutionnalisées**. (online). 2005. disponível:<http://fig-stdie.education.fr/actes/actes_2005> (Capturado em 14 de maio de 2006).
- DELEUZE, G. “post-scriptum” sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G. e GUATTARRI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C; SILVEIRA, L. L. S (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- DUPUY, G. **Les effets spatiaux des techniques de télécommunications: ouvrons la boîte noire!** Bulletin de l'IDATE, 1982. n° 7, p.77-83.
- FOLCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12^a. Ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LATOURETTE, B. **Nous n'avons jamais été modernes**. Paris: la Découverte, 1991.

MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo**. Rio de Janeiro de São Paulo: Record, 2001.

MASSEY, D. Power-geometry and a progressive sense of place. In: Bird, J. et al. (eds.). **Mapping the futures, local cultures, global change**. Londres e Nova York: Routledge, 1993.

MUSSO, P. **Gênese et critique de la notion de reseau**. In PARROCHIA, D. Penser les reseaux. Seussay: Champ Vallon, 2001. p.194-217.

OFFNER, J-M. **Territorial deregulation: Local authorities at risk from technical networks**. International Journal of Urban and Regional Research, march, 2000. vol. 24, n° 1, p.165-182.

OFFNER, J-M. e PUMAIN, D. **Réseaux et territoires: Significations croisées**. Paris: Ed. de l'Aube, 1996. p. 41.

PARROCHIA, D. **Philosophie des réseaux**. Paris: PUF, 1993. HARVEY, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. **Human territory: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3 ed. SP: Record, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço e Tempo: globalização e meio técnico, científico, informacional**. 4 ed. SP: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. Por uma geografia das redes. In: _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 208-222.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas – 3 ed** – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

TAYLOR, M. J. e THRIFT, N. J. Industrial linkage and segmented economy: 1. Some theoretical problems. In: **Environment and planning A**, v. 14, 1982, p. 1.604.

VIEIRA, A. F e VIEIRA, M.M.F. **Espaços econômicos: geoestratégia, poder e gestão do território**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2003.